

Universidade Federal de Alagoas
Campus de Arapiraca
Curso de Administração Pública

Teorias da Administração Pública



da Questão



Wagner Soares de Lima

Arapiraca | 2013

| Apresentação

Esta versão do questionário de Teorias da Administração Pública, a de n.º 2, atualizada em 07.03.2013, está pronta como referência para a 1ª Prova Objetiva da Disciplina.

São 40 questões, das quais 10 serão aplicadas na prova. Algumas podem sofrer ligeiras modificações, então prestem atenção na leitura da prova, bem como tentem compreender as questões e não apenas memorizá-las.

Não houve tempo para que todas fossem discutidas em sala, mas antes da prova qualquer aluno pode apresentar dúvida em algum delas, para que seja feita a explicação. Por isso tente resolvê-las agora, para que essas dúvidas surjam.

Algumas têm comentário, o que facilita para se saber em que errou. Outras ainda estão carentes desse instrumento.

| Sumário

Sumário.....	4
Estado, governo e sociedade	5
Gabarito.....	8
Comentários.....	8
Estrutura e função da Administração Pública.....	14
Gabarito.....	20
Comentários.....	21

Estado, governo e sociedade

ESAF - 2012 - CGU - Analista de Finanças e Controle - Prevenção da Corrupção e Ouvidoria

01. O conceito de Estado é central na teoria política. Os enunciados a seguir referem-se à sua formulação. Indique qual a assertiva correta.

- A) O conceito de Estado surge com o de Pólis, na Grécia.
- B) Sua formulação original integra o Direito Romano.
- C) A definição passou a ser utilizada na Revolução Francesa.
- D) A primeira referência ao termo é de Maquiavel.
- E) A origem não pode ser identificada.

CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público

02. Com relação às concepções teóricas de Estado, julgue os itens subsequentes. Para Thomas Hobbes, com a criação do Estado, o súdito deixa de abdicar de seu direito à liberdade natural para proteger a própria vida.

() Certo () Errado

CESGRANRIO - 2009 - FUNASA - Técnico de Contabilidade

03. Em um curso sobre Estado, sociedade e mercado, os participantes estudaram o conceito de Estado, e concluíram, corretamente, que se refere a:

- A) conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes e que interagem entre si, constituindo uma comunidade.
- B) local onde se encontram compradores e vendedores e que, por meio, de um processo de negociação, determinam o preço e a quantidade do bem a ser transacionado ou trocado entre ambos.
- C) instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida, em que a lei máxima é uma constituição escrita.
- D) organização que é a autoridade governante de uma unidade política.
- E) órgãos, serviços e agentes públicos, associados às demais pessoas coletivas, que asseguram a satisfação das necessidades políticas.

CESPE - 2007 - MPE-AM - Promotor de Justiça

04. Sobre o Estado, lembraremos apenas o que dizem os manuais: Estado é uma nação politicamente organizada, conceito sintético que demandaria desdobramentos esclarecedores, pelo menos quanto aos chamados elementos constitutivos do Estado e, principalmente, sobre o modo como, em seu interior, se exerce a violência física legítima, cujo monopólio Max Weber considera necessário à própria existência do Estado Moderno.

MENDES, Gilmar; COELHO, Inocêncio M. e BRANCO, Paulo G. C.
Curso de Direito Constitucional.
São Paulo: Saraiva, 2007.

- A) A idéia de Estado de Direito, desde os primórdios da construção desse conceito, está associada à de contenção dos cidadãos pelo Estado.
- B) A soberania do Estado, no plano interno, traduz-se no monopólio da edição do direito positivo pelo Estado e no monopólio da coação física legítima, para impor a efetividade das suas regulações e dos seus comandos.
- C) Os tradicionais elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade lingüística e o governo.
- D) Os fenômenos globalização, internacionalização e integração interestatal puseram em franca ascendência o modelo de Estado como unidade política soberana.
- E) O vocábulo nação é bastante adequado para expressar tanto o sentido de povo, quanto o de Estado.

ESAF - 2009 - ANA - Analista Administrativo

05. Acerca das chamadas teorias contratualistas do Estado, é incorreto afirmar:

- A) podem ser explicadas sob os enfoques antropológico, filosófico ou político.
- B) em sentido amplo, vem o fundamento do Estado em um contrato, aceito pela maioria dos indivíduos, assinalando o fim do estado natural e o início do estado social.
- C) algumas de suas correntes foram utilizadas para justificar o absolutismo, ao passo que outras o foram para contradizê-lo.
- D) têm por expoente máximo a obra legada por Nicolau Maquiavel.
- E) em comum, nas teorias contratualistas, encontra-se a ênfase no caráter racional e laico da origem do poder.

CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público

06. De acordo com a teoria política de John Locke, a propriedade já existe no estado de natureza e, sendo instituição anterior à sociedade, é direito natural do indivíduo, não podendo ser violado pelo Estado.

() Certo () Errado

CESPE - 2009 - PGE-AL - Procurador de Estado - Prova Objetiva

07. Quando, na mesma pessoa, ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo se junta ao Executivo, desaparece a liberdade; pode-se temer que o monarca ou o senado promulguem leis tirânicas, para aplicá-las tiranicamente. Não há liberdade se o Poder Judiciário não está separado do Legislativo e do Executivo. Se houvesse tal união com o Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, já que o juiz seria ao mesmo tempo legislador. Se o Judiciário se unisse com o Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. E tudo estaria perdido se a mesma pessoa, ou o mesmo corpo de nobres, de notáveis, ou de populares, exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de ordenar a execução das resoluções públicas e o de julgar os crimes e conflitos dos cidadãos.

*Montesquieu. In: Norberto Bobbio.
A teoria das formas de governo.
10.ª ed. Brasília: EDUnB, p. 137
(com adaptações).*

Tendo como referência inicial o texto acima, assinale a opção correta.

- A) Para a moderna doutrina constitucional, cada um dos poderes constituídos exerce uma função típica e exclusiva, afastando o exercício por um poder de função típica de outro.
- B) A CF, atenta às discussões doutrinárias contemporâneas, não consigna que a divisão de atribuições estatais se faz em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.
- C) O poder soberano é uno e indivisível e emana do povo. A separação dos poderes determina apenas a divisão de tarefas estatais, de atividades entre distintos órgãos autônomos. Essa divisão, contudo, não é estanque, pois há órgãos de determinado poder que executam atividades típicas de outro. Um exemplo disso, na CF, é a possibilidade de as comissões parlamentares de inquérito obterem acesso a decisão judicial protegida sob o manto do segredo de justiça.
- D) A edição de súmula vinculante vedando a nomeação de parentes da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança em qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios viola o princípio da separação dos poderes.
- E) A cada um dos poderes foi conferida uma parcela da autoridade soberana do Estado. Para a convivência harmônica entre esses poderes existe o mecanismo de controles recíprocos (checks and balances). Esse mecanismo, contudo, não chega ao ponto de autorizar a instauração de processo administrativo disciplinar por órgão representante de um poder para apurar a responsabilidade de ato praticado por agente público de outro poder.

ESAF - 2009 - MPOG - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Prova 2

08. Estado de Bem-Estar (welfare state), conforme o Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, pode ser definido como o "Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade, mas como direito político".

Os enunciados a seguir se referem a essa questão:

1. Há uma relação direta entre desenvolvimento econômico e os Estados de Bem-Estar tal como se desenvolveram a partir da Segunda Guerra Mundial.
2. O Brasil se tornou um Estado de Bem-Estar ao inserir direitos sociais na Constituição de 1988.
3. Regimes totalitários como o fascismo e o nazismo podem ser considerados de Bem-Estar porque em seu apogeu eliminaram a fome e o desemprego.
4. Pode-se dizer que entre os indígenas brasileiros estão presentes as características do Estado de Bem-Estar, porque todos os seus membros têm direito aos mesmos níveis de alimentação, saúde e educação.
5. Os processos de reforma do Estado, ao incluírem privatizações e reformas dos sistemas de Previdência, acabaram com os Estados de Bem-Estar surgidos após a Segunda Guerra Mundial.

Em relação aos enunciados acima:

- A) nenhum está correto.
- B) todos estão corretos.
- C) apenas o 2 está correto.
- D) apenas o 1 está correto.
- E) apenas o 5 está correto.

ESAF - 2012 - CGU - Analista de Finanças e Controle - Prevenção da Corrupção e Ouvidoria

09. Entre a democracia grega e a moderna, há diversas diferenças. Uma delas é radical e se refere ao resultado dos processos decisórios, como salienta o cientista político Giovanni Sartori. Os enunciados a seguir se referem a essa distinção.

- I. A democracia grega dividia o *demos* entre vencedores e vencidos.
- II. Como os processos decisórios diretos em geral, a democracia grega se traduzia em decisões de soma zero.
- III. Nas democracias modernas o processo decisório está permeado por mediações e se traduz em decisões de soma positiva.

Quanto a esses enunciados, assinale a opção correta:

- A) Apenas o I está correto.
- B) Todos estão corretos.
- C) Apenas o II está correto.
- D) Nenhum está correto.
- E) Apenas o III está correto.

CESPE - 2004 - AGU – Advogado

10. Acerca da Federação brasileira, da organização dos poderes, das competências da União e dos estados-membros, julgue os itens a seguir.

O federalismo brasileiro constitui um federalismo de duplo grau por ter a Constituição da República reconhecido aos municípios autonomia política, administrativa, normativa e financeira e definido suas competências privativas, regra geral, de forma expressa.

() Certo () Errado

CESPE - 2012 - TJ-RR - Administrador

11. Acerca dos elementos do Estado e da abrangência de seus Poderes, julgue os itens a seguir.

O sistema *checks and balances*, criado por ingleses e norte-americanos, consiste no método de freios e contrapesos adotado no Brasil. Nesse sistema, todos os poderes do Estado desempenham funções e praticam atos que, a rigor, seriam de outro poder, de modo que um poder limita o outro.

() Certo () Errado

CESPE - 2012 - DPE-RO - Defensor Público

12. Tendo em vista a teoria geral do Estado, assinale a opção correta.

- A) O federalismo brasileiro classifica-se, quanto à origem, como federalismo por agregação.
- B) Federação é, por definição, um sistema de governo marcado pela garantia das autonomias regionais de seus membros.
- C) Com o advento da República, em 1889, adotou-se no Brasil o federalismo de terceiro grau, sistema cujo poder estatal é dividido em três graus: federal, estadual e municipal.
- D) As características fundamentais da República são: temporariedade, eletividade e responsabilidade.
- E) O conceito de povo, um dos elementos constitutivos do Estado, está relacionado ao conjunto de brasileiros e estrangeiros que se encontrem em território nacional, ainda que transitoriamente.

Gabarito

01	02	03	04	05
D	Errado	C	B	D
06	07	08	09	10
Certo	E	D	B	Errado
11	12	-	-	-
Certo	D	-	-	-

Comentários**Questão 01**

Estado (do latim *status*: modo de estar, situação, condição), segundo o Dicionário Houaiss é datada do século XIII e designa "conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação"; "país soberano, com

estrutura própria e politicamente organizado".[1]. Segundo o jurista italiano Norberto Bobbio, a primeira vez que a palavra foi utilizada, com o seu sentido contemporâneo, foi no livro O Príncipe, de Nicolau Maquiavel.

A questão pode ser passível de recurso, porque Bobbio, na verdade, alude que Maquiavel usou pela primeira vez o termo em uma obra sobre o tema, sendo que provavelmente o termo já estava em uso corrente, o que implicaria na assertiva de letra E.

“É fora de discussão que a palavra ‘Estado’ se impôs através da difusão e pelo prestígio do Príncipe de Maquiavel. A obra começa, como se sabe, com estas palavras: ‘Todos os estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados’ [1513, ed. 1977, p. 5]. Isto não quer dizer que a palavra tenha sido introduzida por Maquiavel. Minuciosas e amplas pesquisas sobre o uso de ‘Estado’ na linguagem dos Quatrocentos e dos Quinhentos mostram que a passagem do significado corrente do termo status de ‘situação’ para ‘Estado’ no sentido moderno da palavra, já ocorrera, através do isolamento do primeiro termo da expressão clássica status rei publicas. O próprio Maquiavel não poderia ter escrito aquela frase exatamente no início da obra se a palavra em questão já não fosse de uso corrente”. (BOBBIO, 2007, p.67).

Questão 02

Não deixa de abdicar, ele abdica mesmo.

Para Thomas Hobbes, com a criação do Estado, o súdito ~~deixa~~ de abdicar de seu direito à liberdade natural para proteger a própria vida.

Questão 03

A letra (A) refere-se ao conceito de Nação, já a letra (B) aponta para o significado de Mercado. A alternativa que conceitua corretamente o termo Estado é a letra (C). A assertiva (D) aqui está mais para a ideia de chefia de governo. A última alternativa reporta-se à concepção de órgão.

Estado é uma sociedade politicamente organizada, dotada de um território, de um povo, e com objetivos determinados. Estado não é sinônimo de país. Este é componente espacial do estado. Estado não é sinônimo de nação. Esta significa um conjunto de pessoas ligadas pela mesma origem histórica ou religião. Estado não é sinônimo de pátria. Este não é um conceito jurídico. Os elementos constitutivos do Estado são poder, território, povo e objetivos. De acordo com Dallari, sempre se deve acrescentar finalidade, aos três primeiros elementos, pois se traduz no objetivo de bem comum à coletividade.

Questão 04

a) **Errado**. Estado de Direito remete à ideia de exercício de poder político nos limites do ordenamento jurídico vigente, que, ao mesmo tempo em que delimita todo arcabouço de conformação político-administrativa do Estado e o rege à finalidade última do bem comum, apresenta-se como verdadeira garantia e salvaguarda dos direitos dos indivíduos ante as ações estatais.

b) **CERTO**.

c) **Errado**. Os elementos são povo, governo (poder soberano) e território.

d) **Errado**. A globalização, internacionalização e integração interestatal relativizaram a soberania interna estatal em prol de um poder supranacional, vide União Europeia.

e) **Errado**. Povo representa o conjunto de indivíduos, ligados a um território por uma relação jurídico-política (nacionalidade), no exercício da cidadania. Já o conceito de nação representa um conjunto de indivíduos ligados por uma identidade histórico-cultural e que tem aspirações comuns. Estado é uma nação política e juridicamente organizada em uma base territorial.

Questão 05

Apesar de Maquiavel ter sido expressivamente relevante para estabelecer as bases de uma teoria sobre o Estado, ele não se preocupou em discorrer aprofundadamente sobre a legitimação do Estado, como um bem ou um mal necessário, ele observou de que forma até então se conhecia as expressões de poder e propôs como controlá-las. São expoentes da teoria contratualista Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke:

Thomas Hobbes é um dos maiores expoentes da ideia de Contrato Social. Este filósofo britânico do sec. XVII, parte de um cenário hipotético de como seria vivermos uns com os outros sem uma ordem social, e que se traduziria, segundo ele, numa situação caótica e altamente violenta onde cada um defenderia intransigentemente os seus interesses, criando um mundo de desconfiança e violência. Esta ideia era sustentada no fato de os homens terem todas as mesmas necessidades básicas, como é o caso da alimentação, alojamento e vestuário, e de os recursos serem limitados gerando uma feroz concorrência e competição, um verdadeiro estado de guerra de um contra todos, sem que seja possível qualquer vitória. Designou esta situação como o estado da natureza.

Para se ultrapassar esta situação as pessoas têm de desenvolver modos de cooperação uns com os outros, gerando deste modo não só mais bens como maneiras de os distribuir por aqueles que deles necessitem. Neste sentido Hobbes defende que têm de se verificar duas garantias: a de que as pessoas não farão mal umas às outras e a existência de uma base de confiança quanto ao cumprimento dos seus acordos. Esta situação pressupõe um governo que assegure a ordem de modo a que estas garantias se possam tornar efetivas.

O Estado, com a concordância das pessoas, torna-se deste modo o garante da vida em sociedade, a este acordo de que cada cidadão é parte, designa-se contrato social. Neste contexto a moralidade pode ser entendida como o conjunto de regras que facilita a vida em sociedade. A moralidade surge como a resolução de um problema, as regras morais são necessárias para nos permitir obter os benefícios de viver em comum. .

Um pouco mais tarde, **Jean-Jacques Rousseau**, no seguimento de Hobbes, defenderia mesmo que a superação do estado de natureza trouxe ao homem uma mudança radical, permitindo ultrapassar os seus impulsos pela razão, tornando-o num ser nobre, criativo e inteligente.

Questão 06

Propriedade não deve ser entendida como a acepção atual do termo. Para Locke, propriedade era tudo aquilo que material ou imaterialmente pertencia ao indivíduo. Um exemplo de propriedade, para Locke, seria a liberdade.

O cerne do conceito de propriedade em Locke é que ela é um direito natural, ou seja, já existia no estado de natureza. Com essa concepção, refuta, apesar de sem mencionar diretamente, duas outras teorias: a doutrina de Hobbes e a de Pufendorf.

Um dos pontos fundamentais de seu pensamento político se transformou sensivelmente quando o intelectual passou a questionar a legitimidade do direito divino dos reis. A obra que essencialmente trata desse assunto é intitulada “Dois Tratados sobre o Governo” e foi publicada nos finais do século XVII. Em suas concepções, Locke defendia o estabelecimento de práticas políticas que não fossem contras as leis naturais do mundo.

Questão 07

A) **ERRADA** - A moderna doutrina constitucional, ao contrário do afirmado, refuta a ideia de uma separação estanque dos poderes, defendendo uma divisão flexível, em que cada um dos poderes além de suas funções típicas exerce, também, funções atípicas. Assim, embora a função típica do Poder Judiciário seja a judicante, esse poder também exerce a função atípica administrativa (administra seus bens e pessoal) e legislativa (elaboram seus regimentos internos).

- B) **ERRADA** - A CF/88 elenca de forma expressa que são poderes independentes e harmônicos entre si o Executivo, Legislativo e Judiciário (art. 1, p. único).
- C) **ERRADA** - A primeira parte do enunciado encontra-se correta, entretanto as comissões parlamentares de inquérito (CPI's) não dispõem de competência para ter acesso a decisão protegida sob o manto do segredo de justiça.
- D) **ERRADA** - O STF firmou o entendimento de que a edição, pelo Tribunal, de súmula vinculante contra o nepotismo, alcançando todos os Poderes da República não ofende ao princípio da separação dos poderes, tanto que editou a Súmula n. 13 sobre o assunto.
- E) **CERTA** - Cada um poderes tem funções típicas conferidas pela CF e, como forma de harmonia entre os poderes, aplica-se o mecanismo dos freios e contrapesos. Entretanto, esse controle recíproco tem limites certos e determinados elencados na própria CF e que não permitem a "invasão" de um poder em outro, cabendo a instauração de PAD contra agente público ao Poder em que o mesmo é subordinado.

Questão 09

Giovanni Sartori analisa as diferenças entre a democracia grega e a moderna, desmistificando, de certa forma, muito do que se pensa sobre o modelo ateniense. Segundo o autor, com o passar do tempo, tanto seu uso [do termo democracia] denotativo quanto seu uso conotativo mudaram. Seria estranho se não tivesse sido assim; e, por isso, é surpreendente a pouca atenção dada ao fato de o conceito atual de democracia ter apenas uma vaga semelhança com o conceito desenvolvido no século V a.C. A diferença entre as democracias antiga e moderna não é apenas de dimensões geográficas e demográficas exigindo soluções completamente diferentes mas também uma diferença de objetivos e valores.

O grau de envolvimento na política requerido pela fórmula era tão absorvente que um desequilíbrio profundo foi criado entre as funções da vida social. A hipertrofia política trouxe consigo a atrofia econômica: quanto mais perfeita se tornava sua democracia, tanto mais pobres ficavam os cidadãos. Parece, então, que a democracia da Antiguidade estava fadada a ser destruída pela luta de classes entre ricos e pobres por ter produzido um animal político em detrimento do *homo economicus*. A experiência grega gerou uma "cidadania total" que foi longe demais.

A consideração que se apresenta com base no que dissemos acima é que os sistemas indiretos de governo têm vantagens que estamos, excessivamente, inclinados a subestimar. Em primeiro lugar, um processo de tomada de decisões políticas constituído de múltiplos estágios e filtros contém, exatamente em virtude de ser indireto, precauções e restrições que a forma direta não tem. Em segundo lugar, a democracia direta implica política de soma zero, ao passo que a democracia indireta permite a política de soma positiva.

Questão 10

Ao analisar o tema em apreço, Marcelo Novelino esclarece que o federalismo, quanto às esferas de competência, se classifica em duas espécies, vejamos:

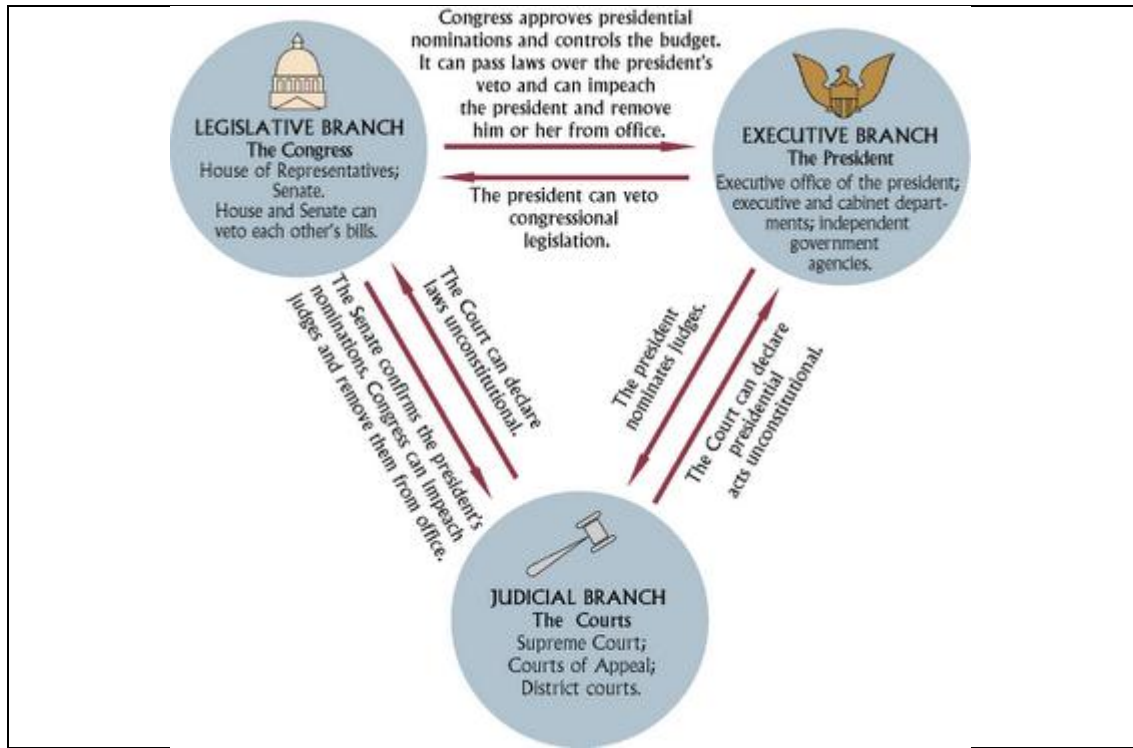
"O federalismo típico, bidimensional, bipartite, ou de 2º grau se caracteriza pela existência de duas esferas de competência: a esfera central (União) e a esfera regional (Estados-membros). É o modelo adotado nos Estados Unidos e em praticamente todas as federações existentes no mundo. No Brasil, foi adotado até o advento da Constituição de 1988.

No federalismo atípico, tridimensional, tripartite ou de 3º grau se constata a existência de três esferas ou centros de competência: a esfera central (União), a esfera regional (Estados-membros) e a esfera local (Municípios)"

Embora seja adepto da teoria segundo a qual a espécie de federalismo existente no Brasil é o federalismo de 3º grau, o próprio autor faz uma ressalva ao afirmar que outros doutrinadores entendem em sentido contrário, para eles o tipo de federalismo consagrado pela CF/88 seria o de 2º grau "(...) uma vez que o poder de auto-organização dos

Municípios se subordinam aos princípios da Constituição Federal e aos da Constituição do respectivo Estado."

Questão 11



Questão 12

a) **ERRADO** - "No caso específico do federalismo, identificam-se dois tipos básicos. O primeiro é o federalismo por agregação que tem por característica a maior descentralização do Estado, no qual os entes regionais possuem competências mais amplas, como ocorre nos Estados Unidos da América do Norte (EUA). O segundo, é o federalismo por desagregação, onde a centralização é maior. O ente central recebe a maior parcela de poderes, como é o caso da federação brasileira". (http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4555)

b) **ERRADO** - "O Estado Federal é conceituado como uma aliança ou união de Estados. A própria palavra federação, do latim foedus, quer dizer pacto, aliança". (http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4555)

c) **ERRADO** - "...pela Constituição da República de 1988, que de forma inovadora erigiu o Município à categoria, nominalmente expressa no texto constitucional, de ente federativo, atribuindo-lhe competências somente concebíveis, em um federalismo clássico, a Estados-membros. Instituiu-se, pois, um federalismo de três níveis– União, Estados e Municípios". (<http://jus.com.br/revista/texto/20774/o-federalismo-e-a-posicao-do-municipio-no-estado-federal-brasileiro>).

d) **CERTO** - "As características fundamentais da República são: pluralidade das funções; temporariedade; eletividade; responsabilidade" (http://www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_ordem=assunto&page_id=565&page_print=1)

e) **ERRADO** - "É recente a definição jurídica de povo. Sendo conceituado como o conjunto de indivíduos que, através de um momento jurídico, se unem para constituir o Estado, estabelecendo com este um vínculo jurídico de caráter permanente, participando da formação da vontade do Estado e do exercício do poder soberano. Ou de forma mais sucinta o conjunto de pessoas naturais que pertencem ao Estado". (http://www.vemconcursos.com/opiniaao/index.phtml?page_ordem=assunto&page_id=565&page_print=1)

Formas de estado: unitário, federativo, composto, confederativo, regional.

Formas de governo: monarquia, diarquia, república.

Sistemas de governo: monarquismo, parlamentarismo, presidencialismo, semipresidencialismo.

Regimes políticos: democracia, autoritarismo, totalitarismo.

Estrutura e função da Administração Pública

Cespe – 2009 – MPOG

01. Os princípios básicos da administração pública não se limitam à esfera institucional do Poder Executivo, ou seja, tais princípios podem ser aplicados no desempenho de funções administrativas pelo Poder Judiciário ou pelo Poder Legislativo.

() Certo () Errado

CESPE - 2008 - OAB-SP - Exame de Ordem - 3 - Primeira Fase

02. Acerca dos princípios de direito administrativo, assinale a opção incorreta.

- a) Tanto a administração direta quanto a indireta se submetem aos princípios constitucionais da administração pública.
- b) O rol dos princípios administrativos, estabelecido originariamente na CF, foi ampliado para contemplar a inserção do princípio da eficiência.
- c) O princípio da legalidade, por seu conteúdo generalizante, atinge, da mesma forma e na mesma extensão, os particulares e a administração pública.
- d) Embora vigente o princípio da publicidade para os atos administrativos, o sigilo é aplicável em casos em que este seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

03. Acerca do Estado, do governo e da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Atualmente, considera-se que a característica essencial dos Estados é a separação dos poderes. Em virtude dessa separação, cada um dos órgãos com funções executivas, legislativas e judiciárias é especializado em suas funções e não pratica atos com natureza própria dos demais ramos.
- b) Do ponto de vista subjetivo, a administração pública não se compõe apenas dos órgãos do Poder Executivo.
- c) Nos moldes das teorias publicistas historicamente consolidadas, a Federação brasileira é constituída apenas pelos seguintes componentes: União, estados-membros e Distrito Federal.
- d) O que caracteriza o governo e a administração pública é a produção de atos políticos e a atuação politicamente dirigida, traduzida em comando, iniciativa e fixação de objetivos do Estado.
- e) A Presidência da República, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO), o Banco do Brasil S.A. (sociedade de economia mista federal), os ministérios do Poder Executivo, a Fundação Nacional do Índio (fundação pública federal) e a Caixa Econômica Federal (empresa pública federal) são, tecnicamente, exemplos de órgãos da chamada administração pública federal.

CESPE/BACEN/Procurador/2009

04. Quando as atribuições de um órgão público são delegadas a outra pessoa jurídica, com vistas a otimizar a prestação do serviço público, há desconcentração.

() Certo () Errado

TCESPE/TCE-AC/2009

05. A descentralização política ocorre quando os entes descentralizados exercem atribuições próprias que não decorrem do ente central. Sendo os estados-membros da Federação tais entes e, no Brasil, também os municípios, a descentralização política possui os mesmos entes da descentralização administrativa.

() Certo () Errado

CESPE/MS-Analista/2010

06. A delegação ocorre quando a entidade da administração, encarregada de executar um ou mais serviços, distribui competências no âmbito da própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços.

() Certo () Errado

CESPE/TCE-ES/2009

07. A administração pública, em sentido objetivo, abrange as atividades exercidas por pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas.

() Certo () Errado

CESPE/SEFAZ-ES/2009

08. A administração pública, compreendida no sentido subjetivo como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas que, por força de lei, exercem a função administrativa do Estado, submete-se exclusivamente ao regime jurídico de direito público.

() Certo () Errado

CESPE/SEJUS-ES/2009

09. A vontade do Estado é manifestada por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais, no exercício da atividade administrativa, devem obediência às normas constitucionais próprias da administração pública.

() Certo () Errado

CESPE/MP-AM/2007

10. Os tradicionais elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade lingüística e o governo.

() Certo () Errado

CESPE - 2012 - MPE-PI - Técnico Ministerial

11. Com relação a administração direta, indireta e funcional, julgue o item a seguir.

As agências executivas não constituem uma nova entidade, pois, na verdade, elas não passam de autarquias e(ou) fundações públicas que foram qualificadas como tal.

() Certo () Errado

CESPE - 2007 - TCU - Técnico de Controle Externo

12. Julgue os itens a seguir, acerca da organização administrativa da União.

As entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, não-integrantes da administração direta ou indireta, colaboram para o desempenho do Estado nas atividades de interesse público, de natureza não-lucrativa.

Certo Errado

13. Para a criação de uma autarquia, é exigido o registro do seu estatuto em cartório competente.

Certo Errado

14. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

Certo Errado

CESPE - 2009 - DETRAN-DF - Auxiliar de Trânsito

15. Julgue os itens a seguir acerca da administração pública e seus agentes.

As autarquias e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público e integram a administração indireta.

Certo Errado

CESPE - 2011 - PREVIC - Técnico Administrativo – Básicos

16. No que se refere a direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta criadas por lei sob a forma de sociedades anônimas com o objetivo de explorar atividade econômica ou prestar determinado serviço público.

Certo Errado

CESPE - 2011 - TRE-ES - Técnico Judiciário

17. Com relação aos agentes públicos, julgue os itens seguintes.

Considere que João pretenda ingressar como empregado na PETROBRAS, sociedade de economia mista, integrante da administração indireta da União. Nessa situação, João não precisa ser previamente aprovado em concurso público, visto que o regime jurídico dessa empresa é o celetista.

Certo Errado

CESPE - 2011 - PC-ES - Escrivão de Polícia

18. Julgue o item subsequente, que versa sobre a descentralização e desconcentração da atividade administrativa do Estado.

Diferentemente da descentralização, em que a transferência de competências se dá para outra entidade, a desconcentração é processo eminentemente interno, em que um ou mais órgãos substituem outro com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço público.

Certo Errado

19. Relativamente ao conceito de pessoa administrativa e à delegação e avocação de competências, julgue o item a seguir.

Tanto as pessoas públicas quanto as pessoas de direito privado instituídas pelo Estado têm personalidade jurídica própria, capacidade de autoadministração e patrimônio próprio.

() Certo () Errado

CESPE - 2009 - SEJUS-ES - Agente Penitenciário

20. Com relação à organização administrativa do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

A sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, deve ser organizada sob a exclusiva forma de sociedade anônima.

() Certo () Errado

CESPE - 2010 - DPU - Agente Administrativo

21. Acerca do controle exercido sobre a administração direta e indireta, assinale a opção correta.

A) As fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não se submetem à fiscalização do TCU, apenas à supervisão ministerial.

B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se à fiscalização do TCU, independentemente de sua criação por lei.

C) As fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se à fiscalização do TCU, desde que criadas por lei.

D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se à fiscalização do TCU, desde que possuam servidores celetistas e também estatutários em seu quadro de pessoal.

E) Por serem parte da administração indireta, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não se submetem à fiscalização do TCU.

CESPE - 2008 - TJ-RJ - Técnico de Atividade Judiciária

22. Julgue os itens abaixo, relativos à administração indireta.

I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não se sujeitam a procedimentos licitatórios por terem o mesmo tratamento jurídico das empresas privadas.

II. As sociedades de economia mista só podem adotar a forma de sociedade anônima.

III. O capital de empresa pública é todo estatal.

IV. Não é permitido às autarquias desempenhar atividades econômicas.

V. As fundações públicas são, exclusivamente, pessoas jurídicas de direito público.

A quantidade de itens certos é igual a

A) 1.

B) 2.

C) 3.

D) 4.

E) 5.

CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário

23. Assinale a opção correta quanto aos serviços públicos.

- A) Serviço público é toda atividade material que a lei atribui diretamente ao Estado, sob regime exclusivo de direito público; assim, as atividades desenvolvidas pelas pessoas de direito privado por delegação do poder público não podem ser consideradas como tal.
- B) Serviços públicos impróprios são aqueles que o Estado assume como seus e os executa diretamente, por meio de seus agentes, ou indiretamente, por meio de concessionários e permissionários.
- C) Tanto os serviços públicos prestados por pessoas da administração descentralizada quanto os prestados por particulares colaboradores devem ser controlados pela administração, devendo a entidade federativa respectiva aferir a forma de prestação, os resultados e os benefícios sociais alcançados, entre outros aspectos.
- D) Considera-se de execução direta o serviço público que é prestado diretamente pelo Estado ou que, mesmo executado por entidades diversas das pessoas federativas, é objeto de regulamentação e controle por parte delas.
- E) Em atenção ao princípio da livre iniciativa, apenas os serviços prestados pelas pessoas de direito privado que integram a administração pública indireta podem sofrer uma disciplina normativa que os regulamente.

CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário

24. Assinale a opção que apresenta uma entidade que integra a administração indireta federal.

- A) TSE
- B) Ministério da Justiça
- C) Congresso Nacional
- D) partido político de âmbito nacional
- E) fundação pública instituída pela União

CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário

25. Assinale a opção correta acerca da administração indireta.

- A) É traço comum às empresas públicas e sociedades de economia mista o desempenho de atividade de natureza econômica.
- B) As fundações instituídas e mantidas pelo poder público não integram a administração indireta.
- C) Os bens das autarquias e fundações públicas são penhoráveis.
- D) São características das autarquias: criação por decreto, personalidade jurídica pública e grande abrangência de fins ou de atividades.
- E) Todas as entidades da administração indireta têm personalidade jurídica de direito público.

CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário

26. Organizado o Estado no que respeita à divisão do território, à forma de governo, à investidura dos governantes, à instituição dos Poderes e às garantias individuais, estruturam-se, hierarquicamente, os órgãos encarregados do desempenho de certas atribuições que estão sob sua responsabilidade. A organização do Estado é matéria constitucional, cabendo ao Direito Constitucional discipliná-la, enquanto a criação, estruturação, alteração e atribuições das competências dos órgãos da Administração Pública são temas de natureza administrativa, cuja normatização é da alçada do Direito Administrativo. A primeira cabe à Constituição, enquanto a segunda toca à lei.

Diogenes Gasparini. Direito administrativo.
6.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2001 p. 41-2.

Considerando o texto II, assinale a opção correta em relação à organização administrativa da União.

- A)** As fundações instituídas pelo Estado podem ter personalidade jurídica de direito público ou privado. No primeiro caso, o regime jurídico delas equivale ao das autarquias, no segundo, serão regidas, em princípio, pelas leis civis, naquilo que não conflitarem com as normas aplicáveis do direito público.
- B)** A técnica da desconcentração administrativa implica a repartição de competências entre a pessoa estatal e outras pessoas jurídicas, tais como autarquias e empresas públicas.
- C)** As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e detêm capital integralmente público ou público e privado, mas sempre com predominância de recursos públicos.
- D)** No vigente direito brasileiro, as sociedades de economia mista são, de pleno direito, criadas por lei, de modo que, a partir da publicação válida da norma na imprensa oficial, essas pessoas jurídicas de direito privado passam a ser detentoras de direitos e obrigações.
- E)** Devido à vinculação que os entes da administração indireta possuem com o Estado, os agentes públicos que neles trabalham têm legitimidade passiva para figurar como autoridade impetrada em ações de mandado de segurança que venham a ser ajuizadas contra os atos deles.

27. Pessoa jurídica de direito público, dotada de patrimônio próprio, criada por lei para o desempenho de serviço público descentralizado.

A definição acima refere-se a

- A)** órgão público.
B) autarquia.
C) sociedade de economia mista.
D) empresa pública.

CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário

28. A PETROBRAS S.A. é uma sociedade anônima em que particulares podem ter ações, mas cuja acionista majoritária é a União. Nessa situação, a PETROBRAS S.A.

- A)** não integra a administração pública.
B) integra a administração pública na qualidade de parceria público-privada.
C) integra a administração pública na qualidade de sociedade de economia mista.
D) integra a administração pública na qualidade de empresa pública.

Gabarito

01	02	03	04	05
Certo	C	B	Errado	Errado
06	07	08	09	10
Errado	Certo	Errado	Certo	Errado
11	12	13	14	15
Certo	Certo	Errado	Certo	Errado
16	17	18	19	20
Errado	Errado	Certo	Certo	Certo
21	22	23	24	25
B	B	C	E	A
26	27	28	-	-
A	B	C	-	-

Comentários

Questão 01

Correto. A Constituição Federal, no seu art. 37, caput, dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, todos os Poderes devem obediência aos princípios da Administração Pública.

Questão 02

No Direito privado, de acordo com o princípio da legalidade, ao particular é permitido fazer tudo o que a lei não proíbe. No âmbito do Direito Administrativo, pela doutrina tradicional, existe uma subordinação da ação do administrador, em função do que estabelece a lei, de forma que ele só pode agir nos moldes e limites estabelecidos pela legislação.

Questão 03

a) **FALSA** - Os poderes do Estado têm funções típicas, isso é um fato, contudo nada impede que os poderes exerçam funções atípicas.

b) **CORRETA** - pelo princípio subjetivo entidades administrativas também fazem parte da Administração Pública; A Administração Pública em sentido SUBJETIVO (sujeito) considera os sujeitos que exercem a atividade administrativa, ao passo que a administração pública em sentido OBJETIVO consiste na própria atividade administrativa, consiste, portanto, no exercício da designada função administrativa.

Administração Pública em sentido subjetivo, segundo José dos Santos Carvalho Filho: “A expressão pode significar o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas”.

É muito comum achar que Administração Pública e Poder Executivo são conceitos sinônimos. Essa noção, entretanto, não é verdadeira. Existe Administração Pública nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, uma vez que os três poderes de forma típica (no caso do poder executivo) ou de forma atípica (no caso dos poderes legislativo e judiciário) cumprem funções administrativas.

- c) **FALSA** - o município também faz parte da organização política brasileira;
d) **FALSA**;
e) **FALSA** - BB e CE não são órgãos.

Questão 04

Errado. A desconcentração (desc**O**ncentração – **Ó**rgão) é uma distribuição interna de competência dentro da mesma pessoa jurídica. Ao contrário, na descentralização (desc**E**ntralização – **E**nte), há uma repartição de competências entre pessoas jurídicas diversas. Vale ressaltar que na desconcentração há hierarquia e na descentralização há tutela, supervisão ministerial.

Questão 05

Errado. Enquanto a descentralização política dá surgimento aos entes políticos (União, Estados, DF e Municípios), a descentralização administrativa dá surgimento a entes ou entidades administrativas.

Questão 06

Errado. O fenômeno abordado na questão é o da desconcentração, pelo qual se dá uma distribuição interna de competências dentro da própria entidade, com o objetivo de tornar mais ágil e eficiente a prestação do serviço.

Questão 07

Correto. O sentido objetivo também é chamado de material ou funcional e corresponde às funções desempenhadas pela Administração Pública, ou seja, ao Estado administrando.

Questão 08

Errado. A expressão Administração Pública, no sentido subjetivo, orgânico ou formal, diz respeito aos sujeitos, aos entes que exercem a atividade administrativa (pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos). Já o sentido objetivo, material ou funcional designa a natureza da atividade, as funções exercidas pelos entes, caracterizando, portanto, a própria função administrativa, exercida predominantemente pelo Poder Executivo. O erro da assertiva está em afirmar que as pessoas são regidas exclusivamente pelo direito público, uma vez que há situações em que o direito privado será também aplicado.

Questão 09

Correto. A função típica do Poder Judiciário é julgar. Já a sua função atípica é a de participar do processo legislativo, quando encaminha normas para apreciação do Poder Legislativo, bem como administrar, quando, por exemplo, realiza licitações e concursos públicos para seleção de servidores. Essa mesma função – administrativa – pode ser percebida com relação ao Poder Legislativo, que também exerce atipicamente funções administrativas, quando faz licitações, concursos etc. O mesmo Legislativo também desempenha a atividade jurisdicional quando, por exemplo, o Senado processa e julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade. Por fim, o Poder Executivo, cuja missão típica é a atividade administrativa, também exerce, atipicamente, a missão legislativa. Dessa forma pode-se dizer que todos os Poderes devem obediência às normas constitucionais próprias da administração pública.

Questão 10

Errado. São três os elementos clássicos na composição do Estado: povo, território, e governo soberano. Para alguns, há também um quarto elemento, qual seja, a finalidade do bem comum. O povo é o elemento humano, o território representa os limites do Estado, e o governo soberano diz respeito ao elemento condutor, responsável pela organização do Estado.